

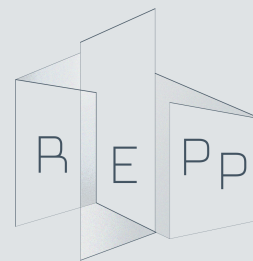
<http://dx.doi.org/10.5354/0719-6296.2022.68309>

Rev. Est. de Políticas Públicas, 8(2)

[julio - novembro 2022], 105-126


ISSN edição web: 0719-6296


©Copyright 2022: Universidad de Chile



## Política Social e produção de conhecimento na América Latina O caso da Psicologia

A. L. Costa <sup>a</sup> 

P. de Sousa Seixas <sup>a</sup> 

J. Pereira da Costa <sup>a</sup> 

<sup>a</sup> *Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

**Resumo** | Políticas sociais têm provocado melhorias inquestionáveis nos índices socioeconômicos da América Latina, mesmo considerando limitações postas pelo sistema capitalista transnacional. A Psicologia tem contribuído para este processo, superando progressivamente uma prática asséptica, neutra e ideológica. A proposição de uma política científica voltada à produção de conhecimento crítica, contextualizada e atenta às determinações macroestruturais, figura como prioridade em alguns nichos da área, notadamente no campo da Psicologia crítica. Realizou-se pesquisa exploratória acerca da produção científica da Psicologia latino-americana sobre Política Social. Os resultados apontam hegemonia da produção brasileira, ausência de articulação internacional, escassez de pesquisadores estudando o tema de forma sistemática, conquanto seja espaço potencial de reflexão sobre aspectos teórico-práticos da Psicologia nas políticas sociais. Conclui-se que governos progressistas voltados às políticas sociais são insuficientes se instrumentos e referenciais teóricos reificam a desigualdade social que querem combater. Sem desprezar a limitação das políticas sociais na eliminação da desigualdade, argumenta-se que avanços nessa direção exigem investimentos na produção de conhecimento.

**Palavras-chave:** Psicologia, Políticas sociais, Políticas científicas, América Latina.

## Social Policy and knowledge production in Latin America psychological science as a case

**Abstract** | Social policies have promoted unquestionable improvements in Latin America's socioeconomic indexes, even considering limitations due to the transnational capitalist system. Psychology has contributed to this process, gradually overcoming an aseptic, neutral and ideological practice. In this sense, a scientific policy that proposes production of critical knowledge, contextualized and attentive to macrostructural determinations, is priority to some fields, such as Critical Psychology. Exploratory research was carried out on the scientific production of Latin American Psychology on Social Policy, collecting scientific articles from a relevant multidisciplinary database to the continent. Descriptive analysis on data led to three themes of discussion: characteristics of production, authorship and analysis of themes. Results point to Brazilian production hegemony, lack of international articulation and scarcity of systematic researchers in this field, although it is a potential space for reflection on theoretical-practical aspects of Psychology in social policies. It is concluded that progressive governments, focused on social policies, are insufficient if instruments and theoretical references reify social inequality they pretend to combat. Although considering limits on social policies to the end of inequality, advances in this direction require investments in knowledge production.

**Keywords:** Psychology, Social policies, Scientific policies, Latin America.

**Data de recepção:** 2022-09-16

**Data de aceitação:** 2022-11-10

**Endereço de correspondência** [*Correspondence address*]: Ana Ludmila Costa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [analudmila@gmail.com](mailto:analudmila@gmail.com)



## 1 América Latina e políticas sociais

A América Latina é, sem dúvida alguma, a região da desigualdade. Desde sua colonização, no período da expansão marítima do século XVI, a América Latina ocupa um papel importantíssimo na manutenção do capitalismo. Como fornecedor de matéria-prima a preços abaixo do mercado europeu, hoje mantém a relação com os países capitalistas centrais, fornecendo insumos às indústrias centrais. Além disso, a América Latina representa um largo mercado consumidor dos produtos obsoletos da indústria moderna (ajudando assim a solver o problema da superacumulação capitalista) e, em menor caso, mão-de-obra barata para as indústrias de base.

Sem negar a influência da miríade de culturas, aspectos ambientais, e formas de colonização que formam o continente latinoamericano, concorda-se com Ocampo e Flores (2016), possível traçar alguma trajetória social e econômica comum ao continente. Isso porque a despeito das diferenças de inserção dos diversos países latinoamericanos na economia mundial, há uma marca comum de dependência econômica com os países de capitalismo central, na qual operaram conforme as particularidades históricas do capitalismo nos últimos séculos.

Essa combinação de elementos fez com que, ao longo dos anos, a América Latina se convertesse em uma região ocupada pela superexploração, atravessada por um abismo social agudo. Do ponto de vista socioeconômico, a região é caracterizada pela concentração de renda, terra, bens e serviços. Ademais, a relação estabelecida com os países do capitalismo central fez perdurar as desigualdades no continente latino americano, fazendo surgir padrões distintos de desenvolvimento dentro do sistema capitalista, identificados por diferentes pensadores como sendo dependente, tardio, periférico, combinado e desigual (Fernandes, 1975; Sader e Nobile, 2006; Paiva, 2010).

A participação da América Latina no capitalismo mundial tem sido, basicamente, dentro do setor primário, dividida em três grupo: [a] agri-

cultura tropical (com terra, trabalho extensivo e pouca tecnologia; [b] agricultura temperada (com uso extensivo da terra, mas maior tecnificação); e [c] mineração (uso intensivo de capital e pouco trabalho) (Furtado, 2000). Essas formas produtivas acabaram por estabelecer um continente cuja produção se dá pela exploração direta da terra e dos trabalhadores, e por fomentar uma burguesia autoritária e centralizadora. Essa situação perdura desde a colonização, em meados do século XVI, e vai até o final do século XIX, período que coincide com o início da modernização das cidades e a proclamação da maior parte das repúblicas latino-americanas. Nesse interregno, a produção servia essencialmente para abastecer os mercados europeus, ajudando a consolidar a revolução industrial.

Apesar do processo de independência da maior parte dos países latino-americanos, a relação política e econômica continuou sendo de subordinação direta, o que se refletiu, dentre várias consequências, na constituição de uma soberania nacional enfraquecida. Assim, os países latinos passaram a se inserir progressivamente na dinâmica do capitalismo mundial, sofrendo impactos socioeconômicos diversos, mas sempre mantendo a relação de subserviência colonial. Desse modo, a história de (sub)desenvolvimento da América Latina é parte essencial na história do desenvolvimento do capitalismo mundial (Paiva, 2010).

No início do século XX, se insere na América Latina uma ordem nacional-desenvolvimentista oriunda do pensamento liberal, que intencionava criar bases de livre comércio e livre concorrência com vistas a fortalecer a região para melhor lidar com a situação econômica —mas que, na verdade, serviu para escamotear relações de neocolonialismo (Carneiro, 2012)—. Por um lado, o nacional-desenvolvimentismo repartiu um pedaço do progresso técnico do capitalismo vigente; por outro, preparou o terreno para a manutenção das relações desiguais da América Latina com países centrais do capitalismo, mas deslocando o eixo principal de submissão da Europa para os Estados Unidos. A partir de então, a economia estabelecida permanece díspar, no qual o preço dos

produtos primários, produzidos na América Latina, tendem a cair, enquanto o preço da maquinaria e tecnologia continuam maiores, para estabelecer um intercâmbio desigual. A consequência é uma só: “o capitalismo dependente institui —de modo sempre crescente— o pauperismo das massas, [...] determinando, particularmente, os traços da chamada *Questão Social* no continente latino-americano” (Paiva, 2010: 157).

O processo de pauperização dos povos latino-americanos passa a se agravar com o caminhar dos anos, gerando uma crise social que se arrasta até o século XXI. Apesar dos esforços na primeira metade do século XX para combater as sequelas da *Questão Social*, a América Latina apresentou um contínuo aumento das desigualdades (Borón et al., 1995). Isto porque, sob a denominação *política social*, tais intervenções voltadas ao enfrentamento da pobreza, analfabetismo, desemprego, trabalho infantil, dentre outros efeitos da *Questão Social* já aludida, ocorrem de forma fragmentada e paliativa, sem atingir, de fato, seus determinantes (Netto, 2006).

Esse incremento na desigualdade social foi impulsionado também por um longo período, na segunda metade do século XX, das mais diversas formas de autocracia burguesa no continente latino-americano. Esse período de ditadura foi caracterizado como uma tentativa da burguesia internacional, articulado com as burguesias locais, de, no lado político e social, coibir as aspirações políticas da população e arrefecer a criação de formas de organização mais democráticas e, no lado econômico, de fazer com que o processo de integração ao imperialismo mundial se desse de forma plena. Apesar de, no final do século XX, quase todas as ditaduras latino-americanas terem sido dissolvidas, a força do pensamento burguês fez sua vitória, fazendo-se presente na forma de uma ofensiva neoliberal (Borón et al., 1995).

Segundo Klinsberg (2002), o pensamento neoliberal força sua agenda no continente, repassando a ideia de que a política econômica é a única viável e que os ganhos sociais virão naturalmente a partir do aumento desta. O resultado, ao final do século XX, é um continente com uma renda

das mais desiguais do mundo, tendo seus baixos índices comparados apenas com os do continente africano. A presença inquietante e recorrente da pobreza em nosso continente gerou, no receituário neoliberal, um enfrentamento focado em políticas setorizadas, de cunho assistencialista, e baseado no discurso da defesa do fortalecimento da economia, que se daria, majoritariamente, pelo aumento de submissão aos mercados internacionais.

É importante ressaltar, no entanto, que na mesma proporção que a América Latina é atravessada pela mão da burguesia, é também palco de lutas sociais, dos mais diversos segmentos. As lutas sociais e, sobretudo, o movimento dos trabalhadores, afetam diretamente a dinâmica das relações de classe no continente. Como parte desse processo, Netto (2006) resalta que as políticas sociais não devem ser apenas consideradas ação do Estado burguês; elas são, antes, um processo conflituoso de lutas de classes repleto de contradições e jogos de força políticos. No caso da América Latina, esse jogo de forças é acirrado pela característica de dependência que o continente estabelece com os países centrais do capitalismo, resultante de uma condição de superexploração dos trabalhadores (Marini, 2000; Paiva, 2010).

O século XXI desvela mudanças discretas nas formas de combate às sequelas da *Questão Social*. A despeito do fracasso do projeto do chamado socialismo real, o desenvolvimento dos chamados “governos progressistas” na América Latina, bem como a organização política das massas, produziram novas formas de intervenção estatal nas políticas sociais. Em que pese uma análise mais detalhada da natureza dessas intervenções —sob a forma de “nova questão social” (Pastorini, 2004)— e a influência de formas indiretas de financiamento das políticas com o foco no Terceiro Setor, há um esboço de mudança de lógica nas estratégias de combate a desigualdade. Um indicativo dessa mudança tem sido aferido por organismos internacionais, com destaque para Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e para Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), ambos filiados a Organiza-

ção das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). De fato, Klinsberg (2002) aponta como termômetro dessa mudança o fato de o vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial (entre 1997 e 2000), Joseph Stiglitz, ter admitido que as decisões do consenso de Washington em focar apenas no crescimento econômico (incluindo a defesa do comércio livre, estabilidade macroeconômica, e privatização como estratégias únicas) eram insuficientes para lidar com os problemas sociais; os países deveriam investir, paralela e intensamente, em melhoria global das condições de vida da população e em ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável.

Nas últimas décadas, as políticas sociais vêm apresentando alguns resultados inquestionáveis na redução da desigualdade em parte expressiva dos países latino-americanos, mesmo considerando as limitações de tais ações inscritas em um sistema capitalista transnacional. Nesse sentido, relatório do PNUD de 2014 apontou que, embora a desigualdade de renda tenha aumentado em várias regiões do globo, a América Latina e o Caribe passaram a registrar diminuições —favorecidas especialmente pelas políticas de expansão da educação e as políticas de transferência de renda—. O mesmo relatório aponta que a maioria dos países latino-americanos já se encontra nos grupos de Alto e Médio Desenvolvimento Humano, três estão no grupo de Muito Alto, e apenas um, o Haiti, no de Baixo Desenvolvimento Humano.

A UNESCO reforça a ideia de que elas contribuem substancialmente para a melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, três países latino-americanos tiveram suas políticas destacadas em relatórios anteriores: o Brasil (com o programa “Bolsa Família”), o Chile (com o programa “Chile Solidário”) e o México (com o programa “Oportunidades”, iniciativa que influenciou, de forma inédita, o programa novaiorquino *Opportunities*). O sucesso dessas políticas ganhou terreno internacionalmente. No entanto, apesar dessas políticas terem sido atreladas a governos específicos, elas também denotam o

resultado das lutas políticas das massas em prol de uma expansão de direitos sociais. De forma dialética, as políticas podem também servir de ferramenta para incentivo da participação popular e criação de formas de resistência da classe trabalhadora, inclusive na direção de uma maior articulação do povo latino-americano em direção a um processo emancipatório. E, apesar de identificar problemas na execução das políticas sociais, a UNESCO reitera a importância delas para o desenvolvimento humano nos países latino-americanos (PNUD, 2021).

Contudo, o que se percebe, é que são vários os efeitos possíveis de serem alcançados pelas políticas sociais: ora práticas de intervenção que se orientam mais para o assistencialismo, para o desenvolvimento individual, centradas mais no déficit dos usuários; ora estratégias voltadas para a promoção social, tomando o coletivo-comunitário como ponto de partida e finalidade prioritária, com desenvolvimento de capacidades próprias e participação ativa da população.

Tal conclusão remete diretamente às análises acerca do próprio caráter das políticas sociais. Para além de limites na sua operacionalização (relacionados à corrupção na gestão pública, baixo investimento em infraestrutura e pouca capacidade de articulação da rede socioassistencial e intersectorial), Rudolf e Parafita (2012) argumentam que os pressupostos sob os quais se sustentam as políticas, programas e serviços ofertados são marcados por clientelismo, assistencialismo e fisiologismo, restando poucas possibilidades para o desenvolvimento de trabalhos críticos e progressistas. Ainda em relação a isso, Rosas (2014) denuncia o histórico de políticas sociais liberais e neoliberais que seguem sendo concebidas e implementadas no continente a partir de bases desenvolvimentistas, apesar de a retórica tentar simular sua superação. Complementando esse argumento, Spink (2009) chama a atenção para que, na América Latina, o debate sobre direitos sociais ganha relevância ao passo em que direitos civis e políticos ainda são largamente violados, muitas vezes na própria concepção e execução de políticas sociais.

Assim, pode-se afirmar que as políticas sociais, apesar de tencionar estratégias de combate às desigualdades, acabam também por apresentar uma forma de intervenção que reifica modelos sócio-econômicos, como o neoliberalismo (Rudolf e Parafita, 2012). Se a presença de tais ações têm sido considerada na história recente da América Latina como pequenos avanços na direção de uma melhora na qualidade de vida da população, há uma limitação evidente exposta pelos modelos teóricos e técnicos usados tanto na concepção quanto na execução de tais políticas. Logo, analisá-las passa a ser condição essencial para conseguir obter mais avanços, configurando um campo de investigação por parte das instituições de produção de conhecimento. Afinal, a implantação e avaliação de políticas sociais exige análise detalhada tanto do campo (temas e problemas, focos de intervenção) quanto dos instrumentos e técnicas voltadas para tal.

É importante ressaltar que a tentativa de compreender a produção do conhecimento implica, por si só, em um debate mais amplo, que remete tanto à mercantilização da educação, quanto à globalização das sociedades pós-Guerra fria (Costa, 2020). Nesse sentido, a análise dessa produção teria como *pano de fundo* analítico a questão da internacionalização do ensino superior, processo estratégico do capitalismo voltado para interferência dos estados na produção de saberes e tecnologia.

A partir desta análise, a ideia central deste texto é propor reflexões em torno da relação entre produção de conhecimento e desenvolvimento das políticas sociais. Pontua-se que não basta uma postura progressista dos governos para o enfrentamento dos problemas sociais, por meio da implementação de políticas sociais, mas é necessária uma políticacientífica que dê suporte a este processo, sob pena das intervenções serem minimizadas ou até mesmo contrariarem o objetivo da redução das desigualdades.

Levando esses desafios em consideração, o estudo das políticas sociais figura como alternativa imprescindível quando se pensa no desenvolvimento deste campo na América Latina. A pro-

dução de conhecimento crítico, contextualizado e atento às determinações macroestruturais que condicionam a ação e função das políticas sociais, se faz urgente no processo de transformação das condições aviltantes de vida da população latino-americana.

## 2 Produção de conhecimento no século xxi

A análise do cenário da produção de conhecimento, não só na América Latina, mas globalmente, requer, necessariamente, conduzir o debate a respeito da internacionalização (e.g., Altbach e Knight, 2007; Bullock, 2013; Cabral Neto e Castro, 2013; Feitosa, 2007; Gao, 2014; Lo Bianco et al., 2015; Marrara, 2007; Morosini, 2011; Sato e Nardi, 2021; Teichler, 2004). Conquanto onipresente, há pouco consenso e uma profusão de interpretações sobre o seu significado, suas características, as prioridades que devem ser adotadas, dentre outros inúmeros aspectos.

Seguindo a análise conduzida por Guimarães et al. (2019), destaca-se que um dos pontos sobre os quais há um certo consenso diz respeito à necessidade da consideração da articulação entre internacionalização e globalização. O consenso termina na admissão da necessidade de articular os temas: alguns autores compreendem a internacionalização como um aspecto do processo de globalização (e.g., Cabral Neto e Castro, 2013); outros fazem distinções entre os processos, centradas na manutenção (internacionalização) ou não (globalização) das autonomias nacionais (e.g., Altbach e Knight, 2007; Sato e Nardi, 2021).

O que nos parece indiscutível é o pressuposto de que o processo de internacionalização não pode ser compreendido em si, ou seja, dentro do campo especificamente acadêmico. Dois elementos imprescindíveis para uma consideração contextualizada da internacionalização acadêmica dizem respeito às crescentes (1) mercantilização da educação e; (2) centralidade da produção de conhecimento para a acumulação ampliada do Capital. Não será possível, no âmbito deste texto, um tratamento com a profundidade que os temas

merecem; apenas delineamos alguns dos seus aspectos centrais, o suficiente para configurar a questão de pesquisa deste projeto.

A mercantilização encontra-se no centro da dinâmica globalização-internacionalização da educação. Tomando-se o caso brasileiro, as fusões de empresas, com a formação de *holdings* no campo educacional, ocupam lugar de destaque no mundo financeiro, como os emblemáticos casos do grupo Anhanguera Educacional (SP), a Universidade Estácio de Sá (RJ) e a Kroton Educacional (MG). As aquisições (de risco) dos fundos *private equity* e a abertura de capital de empresas educacionais na bolsa de valores são manifestações evidentes desse processo de mercantilização. As grandes empresas educacionais, inclusive, mudaram suas razões sociais, hoje transformadas em Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A, Kroton Educacional S.A. e Sistema Educacional Brasileiro S.A. (SEB — antigo grupo COC) (Carvalho, 2013).

Como parte integrante desse processo, observamos a crescente participação de capital estrangeiro no campo educacional. Ainda sobre o exemplo do Brasil, as restrições impostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não por acaso, não estão regulamentadas. Exemplos desse processo no país são as presenças das pioneiras e gigantes *Laureate Education*; *Whitney International University System*; e a rede *DeVry University*, braços no campo educacional de conglomerados provenientes de empresas norte-americanas que atuam no mundo dos negócios.

O processo de transformação da educação em uma mercadoria, pois, não é um fenômeno nacional, mas parte do processo de globalização da economia. Não é sem razão que a educação passa a ocupar lugar de destaque na pauta de organismos multilaterais, em especial, do GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (e.g., [Altbach, 2002](#); [Knight, 2002](#); [Salmi, 2002](#)).

Quanto à produção de conhecimento e a sua funcionalidade para a reprodução ampliada do Capital, relação analisada em detalhes por Bernal (1976), as linhas fundamentais já haviam sido

traçadas na segunda metade do século XIX por Marx (1984). Ao analisar o desenvolvimento capitalista, ainda incipiente naqueles tempos, Marx propôs a tese da queda tendencial do lucro derivado da alteração da composição orgânica e técnica do Capital, com a crescente incorporação do trabalho morto (incluindo-se aí os resultados do desenvolvimento científico e tecnológico) e a consequente liberação do trabalho vivo, o único elemento da equação do Capital que produz valor. Esse processo tem se intensificado com o desenvolvimento capitalista de forma tendencial e, em momentos de crise (sistêmica ou não), com a agudização da eliminação de postos de trabalho, processo amplamente discutido e que não cabe aqui detalhar (e.g., [Antunes, 1999](#); [Mattoso, 1995](#)).

Adicionalmente à crescente incorporação dos resultados da ciência, as transformações no processo decorrente da adoção da flexibilização produtiva e dos desenvolvimentos da microeletrônica, a informação passa a ser considerada um elemento vital no mundo da economia. Há uma enorme polêmica a respeito da questão, desde a proposição de uma revolução informacional (e.g., [Lojkine, 1995](#)), de emergência do que se convencionou denominar de “trabalho imaterial” (sobretudo, [Lessa, 2001](#)) (o que conferiria o caráter de “mercadoria” à informação), levando, no limite, ao questionamento da permanência da contradição capital-trabalho e do protagonismo do proletariado na superação revolucionária do modo de produção capitalista, nucleares na teoria social marxiana. A questão que nos importa aqui é que, independentemente da avaliação dessas teses (de fundamentos questionáveis), a informação passa a ocupar um lugar inimaginável poucos anos atrás. Harris (2008) faz uma interessante avaliação de que, nestes nossos tempos, a informação passa a substituir o conhecimento, algo na direção das análises de Chauí (1999) sobre a transformação de universidades de instituições em organizações, teses de atualidade indiscutível.

A produção de conhecimento e, em especial, a de patentes triádicas, passa a ser uma prioridade do Estado brasileiro, de maneira explícita, no governo de Dilma Rousseff. No próprio lançamento

do carro-chefe da política científica do governo Dilma, o programa Ciência sem Fronteiras (CSF), o então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação enaltecia a posição alcançada pelo Brasil no *ranking* da produção científica mundial (na 13<sup>a</sup>. posição), simultaneamente, em que constatava a posição subalterna do país quanto ao *ranking* global de inovação (na 47<sup>a</sup>. posição). Esses dados servem de fundamento para estabelecer como um dos objetivos prioritários do programa o avanço na ciência, tecnologia, inovação e competitividade industrial por meio da expansão da mobilidade internacional (Mercadante, 2011).

É nesse cenário que devemos buscar as articulações entre a educação e a produção de conhecimento no contexto da globalização/internacionalização. A produção de conhecimento no Brasil é virtualmente sinônimo de instituição universitária e, no seu interior, do ensino pós-graduado. Não é sem razão que, na apresentação do programa CSF ao qual nos referimos, uma das estratégias para atingir os objetivos propostos é promover uma maior internacionalização das universidades brasileiras —tema, aliás, já presente de forma destacada nos dois últimos Planos Nacionais de Pós-Graduação (CAPES, 2004; 2010)—.

Um dos importantes marcos do processo de internacionalização das universidades, e parte das estratégias dos organismos multilaterais, é o Processo de Bolonha (Lima, 2008; Mello e Dias, 2011; Wielewicki e Oliveira, 2010) que, simultaneamente, em que padroniza a estrutura do ensino superior na Europa, possibilita o trânsito de estudantes e pesquisadores sem os antigos obstáculos nacionais. Esta mesma estrutura é, de certa forma, traduzida na proposta Universidade Nova do Brasil, que redundou no programa REUNI —Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Lima, 2008)—.

Até aqui, o nosso propósito foi estabelecer a importância do tema da internacionalização do binômio educação/produção de conhecimento, colocando-a num contexto macroeconômico e

político, ou seja, no interior do processo de globalização.

É necessário, agora, examinar mais detidamente quais são os elementos que estão em jogo na questão da internacionalização. Araújo (2018) propõe, como esquema analítico para tratar da internacionalização acadêmica, quatro questões fundamentais: o que, com quais agentes, como e quem financia. Tomemos as questões postas por Araújo nos termos da análise precedente. Poderíamos, inicialmente, dizer que as duas primeiras questões dizem respeito diretamente ao que discutimos com relação ao binômio educação/produção de conhecimento: a estruturação próxima da padronização, viabilizando um intercâmbio internacional relativamente livre de obstáculos entre os estudantes e de pesquisadores —leia-se, de produção de conhecimento—. As respostas às duas últimas questões se relacionam, a nosso ver, à subsunção das políticas científicas e educacionais às determinações dos organismos internacionais.

A admissão dessas determinações não deve ser confundida, por absurdo, com uma denegação da importância desse processo. O que Morosini (2011) denomina de relações verticais, em que pese à assimetria (veja-se, por exemplo, a ainda atual análise de Gibbs, 1995, sobre a “ciência perdida do terceiro mundo”), num processo de anglo-saxonização do conhecimento (Marrara, 2007), tem importância indiscutível, promovendo uma mais ampla disseminação conhecimento e do intercâmbio com interlocutores (e centros) qualificados.

Dois questões que se impõem são: [1] a análise precedente tem validade para qualquer ramo do conhecimento?; e [2] para além da relação vertical, cuja importância já destacamos, pode-se (deve-se?) pensar em uma internacionalização cujos vetores sejam horizontais, o que Morosini denomina de relações sul-sul?

A primeira questão nos remete a duas ordens de considerações. Em primeiro lugar, a necessidade de qualificar a afirmação comumente aceita da universalidade da ciência, de modo a evitar a aceitação acrítica de uma agenda internacional

para as políticas científicas nacionais. Ademais, a universalidade do conhecimento científico é aplicável indistintamente aos diversos ramos do conhecimento? Ou é possível supor que as diferentes áreas do conhecimento guardem características próprias que demandam uma definição de agendas específicas? A segunda consideração diz respeito igualmente aos ramos do conhecimento científico: na análise precedente, afirmamos a funcionalidade do conhecimento científico (e a tecnologia dela decorrente) para o desenvolvimento capitalista. A questão que se impõe é: essa afirmação é válida para qualquer ramo do conhecimento (ou, mais explicitamente, é extensível às ciências humanas)? Não se está postulando a desvinculação do conhecimento produzido nas ciências humanas e o sistema produtivo, apenas colocando em questão se as mediações não seriam qualitativa e quantitativamente diversas.

E essas considerações nos conduzem à segunda questão: a possibilidade do incremento de relações de cooperação internacional entre nações com realidades socioeconômicas próximas. A possibilidade de uma agenda de pesquisa que não seja, necessária e exclusivamente determinada pelas relações verticais, norte-sul. Ou seja, afastando qualquer perspectiva de corte colonial, assumir que, para certos campos do conhecimento, sobretudo, no campo social, é indispensável estreitar os intercâmbios com pares imersos em realidades socioeconômicas próximas —no nosso caso, a América Latina—.

Assim, a temática das políticas sociais assumiria um desses exemplos apresentados de um campo de estudo que se beneficia de uma nova política científica, isto é, um campo em que as relações de produção de conhecimento impactam seu desenvolvimento. Destaca-se que, de forma recíproca, em um cenário de grande investimento nas políticas sociais, as agências de fomento e a própria comunidade científica acabam por se debruçar mais sobre esses objetos. Não basta que as políticas sociais sejam alvo das instituições que produzem conhecimento, é preciso reconhecer que os condicionantes da produção científica (ou seja, as próprias políticas científicas) acabam por

influenciar (dificultar/facilitar) o processo de delineamento, implementação e avaliação das políticas sociais. E, no centro deste debate reside, conforme já exposto, a questão da internacionalização da ciência e as mudanças nas formas de produção de saber, que impactam o campo das políticas sociais.

Considerando o campo vasto das profissões e ciências que lidam com as políticas sociais, para ilustrar e debater as reflexões expostas nesse texto, será apresentado o caso da Psicologia.

### 3 Psicologia: um estudo de caso

Uma das áreas que tem participado como profissão do campo do bem-estar social é a Psicologia, que tem encarado importantes desafios em sua atuação no campo das políticas sociais. Sua inserção nesse campo é considerada recente na história da área no continente latino-americano. Conquanto haja especificidades relacionadas a cada contexto nacional, esse movimento em direção às políticas sociais se deu articulado a alguns aspectos compartilhados por grande parte desses países, caracterizando um processo legítimo e único (Spink, 2009).

A despeito de já se constatar trabalhos pontuais de psicólogos nas políticas de Estado desde as primeiras tentativas de organização e regulamentação da profissão nos países da América Latina, Ardila (2004) aponta que foi somente com o processo de abertura democrática ocorrido ao longo dos anos 1980 e 1990 que tal inserção ocorreu de modo mais intenso e sistematizado. Destaca-se, dentre distintos vetores desta inserção, o contexto sociopolítico e econômico vivenciado no continente e as respostas construídas pela Psicologia para lidar com ele.

No que se refere ao primeiro ponto, é preciso remontar aos anos 1960 e 1970, quando foram instalados regimes ditatoriais auxiliados pelo capital estadunidense, temendo uma onda comunista no continente, a exemplo do que ocorreu em Cuba. Assim, viu-se o surgimento de autocracias civil-militares em países como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Bolívia, a partir dos quais vários direitos



civis e políticos foram suprimidos. Alinhado às estratégias políticas, medidas econômicas intensificam as contradições existentes na realidade social, imprimindo precárias condições concretas na vida da população.

Dentre tais medidas, destaca-se o estímulo ao processo de industrialização por meio da injeção de capital privado estrangeiro (Alves, 1984). Com isso, ao lado de pólos industriais e dos centros de riqueza iam crescendo imensos cinturões de pobreza e miséria em locais inóspitos e inseguros, marcados por desemprego, falta de serviços de saúde, precariedade na educação e déficit habitacional. Tal cenário suscitava a necessidade de se construir alternativas de sobrevivência e resistência, sobre a qual várias categorias profissionais e disciplinas científicas passaram a contribuir, dentre elas a Psicologia.

A ideia de se pensar a relevância social da área atingiu um grupo específico de professores e profissionais, que passaram a tentar construir modelos de atuação baseados em concepções de homem e sociedade que considerassem as particularidades dos contextos latino-americanos, em detrimento da importação acrítica de teorias e técnicas dos países centrais, tendência hegemônica na área. Nomes como Ignacio Martín-Baró (El Salvador), Maritza Montero (Venezuela) e Sílvia Lane (Brasil) são emblemáticos dessa iniciativa, que contaram como importante estratégia de fortalecimento a articulação (em associações, eventos, projetos de cooperação) entre psicólogos do cone sul, ou seja, com países do continente que compartilhavam contextos políticos, econômicos e sociais semelhantes (Montero e Serrano-García, 2011).

Contudo, agora que compreende aproximadamente os anos de 1960 a 1980, as iniciativas da Psicologia no âmbito das refrações da "questão social" ocorriam, sobretudo, de forma pulverizada, voluntária, assistemática. Mesmo assim, contribuíram para iniciar o debate acerca da construção de outro papel para a área, até então caracterizado como elitista e curativista, voltado para demandas individuais e privadas.

Tal debate sobre a função social do psicólogo (a exemplo dos trabalhos de Montero, 1978; Botomé, 1979; Campos, 1983; López-Garriga, 1983; Martín-Baró, 1985), mostrou-se importante no processo de inserção dos psicólogos nas políticas sociais elaboradas e implementadas com a abertura democrática. Com o fim das ditaduras civilmilitares no continente latino-americano, um conjunto de direitos civis, políticos e sociais puderam ser implementados e permitiram, ao longo dos anos 1990, a institucionalização da prática do psicólogo por meio dos serviços públicos ligados à saúde, educação, justiça e assistência social.

A sistematização da atuação do psicólogo no campo das políticas sociais, contudo, não foi suficiente para garantir um papel crítico, reflexivo e comprometido com a transformação nas condições de vida da população por parte da Psicologia. De fato, a partir dos anos 2000, um conjunto de produções científicas vão atestar limitações nesta atuação, articuladas tanto ao próprio desenvolvimento da área quanto às características das políticas sociais implementadas no continente.

Em relação às dificuldades internas à Psicologia, analisando o contexto brasileiro, Yamamoto e Oliveira (2014) apontam a transposição de referenciais teóricos e técnicos, reprodução de atividades e adaptação de instrumentos hegemônicos das áreas consideradas clássicas (clínica, escolar e organizacional) para o emergente campo do bem-estar social. Com isso, o que se vê é a reprodução do modelo curativista, individual e privatista, tradicional na Psicologia, para lidar com público, contexto e demandas específicas relacionadas à pobreza e seus desdobramentos.

Freitas de León (2009) problematiza esta questão a partir da situação no Uruguai. O autor afirma que um dos grandes problemas da atuação do psicólogo no campo das políticas sociais está relacionado aos cursos de formação, que não disponibilizam aos futuros psicólogos instrumentos teóricos e técnicos voltados às populações vulneráveis. No estudo, atesta a inexistência de disciplinas que trabalhem temáticas como "questão social", política social, políticas públicas e Estado, fazendo com que psicólogos passem a trabalhar

na área sem contar com o preparo adequado que lhe possibilite pensar e analisar a matéria. O contexto chileno não parece ser diferente. Alfaro e Zambrano (2009) pontuam que o desempenho dos profissionais de Psicologia nas políticas sociais no Chile está mais voltada para atender às demandas do Estado do que dos setores destinatários, afetados pelos problemas sociais.

Noelia-Fabra (2015) chama a atenção para a importância de não se pensar a atuação psicológica como uma prática asséptica, neutra e desideologizada, mas como uma ação social contextualizada e implicada, que pode levar a transformações ou conservações de estruturas de poder. Rodriguez (2012) ressalta a necessidade de se conceber “política social” como campo dialético situado na interface superação/reprodução da “questão social”, e diretamente articulado à estrutura que produz as vulnerabilidades sociais. Yamamoto (2012) aponta para a importância da ampliação da dimensão política do trabalho do psicólogo, de modo que supere sua atuação como mero executor terminal de políticas sociais e compreenda de maneira mais qualificada seu contexto de intervenção. Para dar cabo a estas estratégias, dois caminhos parecem ser consensuais.

Primeiro, a produção de conhecimento crítico, contextualizado e atento às determinações macroestruturais que condicionam a ação e função social do psicólogo e que também condicionam as políticas sociais. Nesse sentido, Oliveira e Amorim (2012: 564), afirmam:

“Para a Psicologia, o trabalho, tanto na Saúde Pública quanto na Assistência Social, exige, como primeiro passo, uma contextualização dos referenciais teórico-técnicos que norteiam as práticas [...] Requer apropriação de saberes de outros campos e um trabalho efetivamente em parceria com outras profissões; requer a invenção de novos conhecimentos.”

Com isso, ressalta-se a urgência de se construir um saber articulado aos contextos específicos com os quais o psicólogo lida, e, desse modo, possa ajudar no processo de transformação das condições aviltantes de vida. Tal conhecimento implica a produção de instrumentos e técnicas

apropriadas, ampla caracterização do contexto e do público atendido e, também, determinantes macroestruturais que condicionam o campo, portanto, podem direcionar a finalidade das ações.

Segundo, a articulação, do ponto de vista político, teórico e ético, entre contextos semelhantes que possam fortalecer propostas progressistas e interessadas na transformação das condições concretas de vida da população. Como defendem Alfaro e Zambrano (2009), é preciso gerar pontes de interlocução que conduzam a superar posições reformistas, assistencialistas ou conservadoras, abrindo debates que permitam a construção de mecanismos de intercâmbio, diálogo e complementaridade de ideias e ações.

É a partir da constatação da importância desses caminhos para a construção de uma Psicologia comprometida que se questiona: a produção científica da Psicologia latino-americana contempla o tema das políticas sociais, ou seja, ele tem figurado como preocupação para os pesquisadores da área? E, em caso positivo, esse processo de construção do conhecimento tem ocorrido por meio de intercâmbio entre os pesquisadores latino-americanos? Em outras palavras: aqueles que têm produzido conhecimento científico sobre a interface Psicologia e políticas sociais estão considerando a produção de outros países do continente? Como se caracterizaria, então, a produção de conhecimento da Psicologia acerca do tema Políticas Sociais?

Para responder a estas questões, foi realizada uma pesquisa cujo objetivo geral foi identificar os artigos científicos sobre política social na América Latina produzidos por pesquisadores de Psicologia com vinculação institucional no continente. Trata-se de um estudo exploratório, no qual foi feito, especificamente, uma caracterização desse material em relação a seus aspectos bibliométricos e ao seu conteúdo, a fim de identificar tanto as condições contextuais dessa produção, bem como o modo como são produzidas e se organizam as discussões sobre as políticas sociais quando há contribuição da Psicologia. Importante mencionar que o período analisado abarca os anos de 2000-2017, prévio, portanto, à atual

fase da política ultraneoliberal em sua vertente conservadora, a partir da ascensão da extrema-direita. A partir do estudo de caso da Psicologia, pretende-se entender de quais formas a produção de conhecimento, sob a égide das políticas científicas, podem interferir nas políticas sociais.

#### 4 A pesquisa

Os dados apresentados na sequência fazem parte de uma pesquisa exploratória realizada entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2018 visando discutir a produção científica da Psicologia latino-americana sobre Política Social. Fruto do projeto de pesquisa intitulado “Psicologia e Políticas Sociais na América Latina”, considera-se que a análise deste material ilustra, com objetividade e materialidade, os argumentos presentes neste escrito.

A pesquisa foi realizada a partir da coleta de artigos científicos, considerando tratar-se de instrumentos, por excelência, de divulgação de pesquisas científicas atuais e originais, que passam por critérios de qualidade por parte da comunidade acadêmica. A busca desses materiais foi realizada na Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (REDALYC), base de dados multidisciplinar sediada na *Universidad Autónoma del Estado de México* que congrega produções da América Latina, da Espanha e de Portugal. Trata-se de um dos mais importantes repositórios de acesso aberto das ciências humanas, sendo um dos principais portais de busca para a Psicologia (Sampaio e Serradas, 2009). Enquanto estratégia de coleta, optou-se pela utilização dos termos “Política social” e “Política Pública”, cada um combinado com “Psicología” com o operador booleano “y”.

Para seleção dos artigos científicos, foram definidos os seguintes critérios de inclusão:

- Autoria com pelo menos um pesquisador ou pesquisadora de Psicologia (seja por formação ou atuação acadêmica na área), vinculados a instituições latino-americanas;
- Artigos que apresentem relatos de pesquisa, de experiência ou estudo teórico;
- Presença do tema “Política social”, seja sobre algum aspecto da política em particular —por exemplo, um serviço ou programa—, seja abordando o tema de modo mais amplo.

De posse dos artigos integrais, procedeu-se a construção de banco de dados em planilha eletrônica com registro das informações a serem analisadas, a saber: ano, idioma, vinculação institucional e nacionalidade das autorias, periódico e país do veículo e dados sobre o conteúdo do material (tema da política social, setor da política social, subárea da Psicologia e aspectos da Psicologia abordados).

Todos os dados coletados foram submetidos a análises estatísticas descritivas, cujos resultados foram organizados nos seguintes blocos: características da produção, autoria (Quem produz sobre Políticas Sociais?) e análise dos temas e conteúdos (Do que tratam os artigos analisados?).

#### 5 Características da Produção Científica

A produção científica em tela pode ser contextualizada a partir de quatro aspectos centrais: ano em que os artigos foram publicados, periódicos científicos que publicaram tais artigos, países que editam estes periódicos e o idioma principal em que foram divulgados. Esta caracterização geral dos artigos que tratam de políticas sociais produzidos na América Latina fornecem indicadores importantes para se compreender o fenômeno analisado, a saber, a relação entre política científica e política social no referido continente.

No que se refere ao ano de publicação, dos 351 artigos coletados, apenas um foi publicado antes dos anos 2000, tendo os demais a seguinte distribuição temporal: 29,1% dos artigos foram publicados de 2000 a 2009; 70,4% entre 2010 e 2017 (ano de início da coleta). Estes dados guardam relação tanto com o cenário da produção científica quanto das políticas sociais. O primeiro contexto

refere-se ao fato de que os anos 2000 marcam a transição em massa dos periódicos científicos para versões eletrônicas (tornando as publicações impressas, anteriores a esta data, difíceis de serem identificadas nas bases de dados eletrônicas).

Já quanto ao segundo, o campo das políticas sociais, relaciona-se à chamada Onda Rosa, fenômeno visualizado na América Latina entre janeiro de 1999, início do primeiro mandato presidencial de Hugo Chávez na Venezuela, e agosto de 2016, data da saída de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil, que além destes países atingiu Argentina, Equador, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Nicarágua e El Salvador. Em que pese as diferenças significativas entre tais mandatos nacionais, é consensual que se tratou de um conjunto de governos que tensionaram as determinações político-econômicas oriundas dos países de economia central, em prol de melhoria das condições de vida das populações empobrecidas, maior autonomia nacional e da orientação por ideais desenvolvimentistas em suas tomadas de decisão (Fuser, 2018). Esta efervescência no campo social atraiu o interesse da comunidade científica, cujos estudos e análises contribuem para a evolução do debate sobre este tema.

Estes artigos foram publicados, em sua maioria, no idioma português (53,8%), seguido de perto pelo espanhol (45,9%). Se por um lado, esses dados podem ser indicadores de uma relação de poder assimétrica na América Latina, em que o Brasil, sendo o único país a adotar o português, mantém seu idioma como prioritário; por outro lado, são reveladores do quanto o tema das políticas sociais rejeita a hegemonia anglo-saxônica que predomina na ciência (apenas 0,3% dos artigos analisados estavam em inglês).

Uma análise mais minuciosa traz alguns questionamentos a este cenário. Percebe-se que nem todos os artigos em português foram publicados no Brasil, assim como nem todos os artigos em espanhol foram publicados nos países latino-americanos hispano-hablantes. Ainda que o índice seja baixo (em torno de 4% em ambos os casos), não se pode desconsiderar tais tentativas de intercâmbio que tentam superar a barreira idi-

omática e reconhecem a potencialidade da troca com contextos semelhantes.

O último dado de caracterização geral dos artigos analisados refere-se aos veículos de publicação: investigou-se em quais periódicos científicos os mesmos foram veiculados originalmente. Trata-se de uma produção simultaneamente dispersa, encontrada em 97 títulos distintos, e concentrada, uma vez que apenas 12 revistas publicaram 50% desta produção. Nesta análise, outro aspecto chama a atenção: 6 das 12 revistas são brasileiras e reúnem 36% de todos os artigos que compõem a amostra analisada.

Uma explicação possível para este cenário reside no investimento realizado no Brasil em estruturas de apoio ao empreendimento científico, tais como a Plataforma Lattes, a avaliação de programas de pós-graduação realizada pela CAPES e o sistema de avaliação de periódicos Qualis-Sucupira - juntos, alçam as revistas brasileiras a um patamar de credibilidade e visibilidade e se tornam alternativas promissoras que atraem a comunidade científica para além do país, reforçando princípios da internacionalização da ciência em uma perspectiva de valorização regional.

## 6 Quem produz sobre Políticas Sociais?

Dos 351 artigos analisados, tem-se o número de 688 autores e coautores que tratam sobre política social em Psicologia na América Latina. Do ponto de vista da produção, constatou-se que 104 artigos foram escritos por autoria única, o que implica que alguns pesquisadores têm se debruçado com atenção sobre o tema, mas que tem produzido fora das redes de colaboração.

Desses autores coletados, 602 escreveram um único artigo da nossa amostra, enquanto 86 pesquisadores escreveram dois ou mais artigos, dentre os quais, 21 produziram a partir de três artigos escritos. Que 87,50% das autorias só produziu um artigo é um indicador de que não costumam ter esse tema como objeto principal de suas carreiras, ou mesmo, autores que não tem uma carreira consolidada, sendo esse único artigo possi-

velmente fruto de uma iniciativa isolada em seu processo formativo.

Ainda sobre os 688 autores coletados, são oriundos de 17 países e vinculados a 209 instituições de ciência e tecnologia. O país mais presente foi o Brasil, *coabrindo* 60% da amostra, seguido do Chile (10,9%), Colômbia (8,9%) e Argentina (8,8%), ocupando os demais países menos de 3% do total. A hegemonia de autores brasileiros segue uma tendência geral de produção científica, tanto na Psicologia quanto em outras áreas, por ser o Brasil um expoente latinoamericano em termos de volume e robustez de recursos aportados nas políticas científicas e acadêmicas (Sancho, 2006; Santin, 2016). Além disso, vale destacar que dos 17 países identificados, 15 localizam-se na América Latina, sendo apenas dois de fora da região, Itália e Espanha, com apenas quatro autores ao total. Ou seja, se por um lado pode-se louvar que a produção sobre o tema tem sido registrada por autores locais, sendo um bom indicador da relevância da produção autóctone, nota-se pouca colaboração com outros continentes

Sobre as 209 instituições de vínculo registradas, a maioria (85% são vinculadas às Instituições de Ensino Superior (IES), o que é esperado pelo papel que as universidades ocupam na produção de conhecimento latinoamericano. Porém, chama atenção que outros tipos de instituições também aparecem, com destaque para aquelas ligadas aos serviços públicos de educação, saúde e assistência social. Esse dado pode atestar que profissionais ligados diretamente aos serviços que ofertam políticas públicas estão minimamente refletindo sobre sua atuação, produzindo, pois, conhecimento sobre o tema. Quando se analisa apenas as IES presentes, aproximadamente 40% da produção está concentrada em 13 universidades, sendo 8 brasileiras e 5 dos países Argentina, Chile, Porto Rico, Colômbia e Uruguai.

Analisando especificamente as autorias com produção mais significativa na amostra, temos 21 autores que produziram três ou mais artigos sobre política social na América Latina no interregno pesquisado. A produção desses autores variou de três a onze artigos por cientista, totalizando

104 artigos, o que equivaleria a aproximadamente 30% da amostra. Este dado os colocam como autores potencialmente mais relevantes no campo, cujas reflexões teóricas ou técnicas figuram como referências para a área e outras autorias.

Desses 21 autores, 18 são brasileiros e outros três têm vinculação com o Chile, reforçando a força do Brasil na produção sobre política social. Atualmente, todos os 21 autores são docentes, sendo que na época da publicação, quatro ainda eram estudantes de pós-graduação *em sentido estrito*, orientados de três docentes presentes na amostra dos mais produtivos. Este cenário é indicativo de uma concentração ainda maior em determinados grupos de pesquisa, bem como que alguns pesquisadores foram responsáveis pela formação de autores no tema.

Em relação à vinculação com a pós-graduação, 19 destes 21 autores participam de programas de mestrado e doutorado, sendo 18 em programas de Psicologia, 15 são orientadores de pós-graduação sobre o tema, além de docentes e 11 foram ou são atualmente Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPQ. Estes são considerados indicadores de excelência para o pesquisador no país, reforçando a ideia de que podem ser referências no assunto, com proposição de uma reflexão própria teórico-prática no continente e ampliação do conhecimento científico na área. Já com relação ao volume de publicação desses autores, para além dos coletados nessa pesquisa, pode-se atestar uma produção intensa sobre o tema: 11 autores possuem mais de 50 trabalhos publicados sobre política social, sendo 4 autores com mais de 100 escritos registrados. Essa produção foi feita majoritariamente (71,4%) de forma coletiva, reforçando a ideia de que as co-autorias, e possivelmente as redes de colaboração, são as estratégias mais usadas na produção científica atual (Maia e Caregnato, 2008).

Sobre este aspecto, a configuração de redes de colaboração entre os autores identificados na amostra, considerando os autores mais produtivos, ( $n = 21$ ), dos 18 autores brasileiros, apenas um apresentou colaboração internacional, com a Colômbia. Já um dos 3 autores chilenos também

realizou colaboração internacional, porém mais diversa, com Peru, México, Uruguai e Colômbia. Em se tratando de parcerias nacionais, 13 autores se engajaram em colaborações interinstitucionais e 8 autores publicaram exclusivamente com co-autorias da mesma instituição. De acordo com Sancho et al (2006), os artigos oriundos das Ciências Humanas e Sociais têm as menores taxas de colaboração fora de sua instituição de origem. Para esses pesquisadores, a produção nesse campo apresenta caráter mais local e individual, corroborando os dados da presente pesquisa.

Quando se analisam os perfis de coautoria dos 21 autores mais produtivos, percebe-se que quase todos eles ( $n = 20$ ) possuem colaboração com discentes. Ademais, foi percebida frequente colaboração intrainstitucional entre os autores mais produtivos, com participação em mesmo grupo de pesquisa ou relações de orientação docente/discente, revelando que as redes de colaboração são mais restritas do que aparentam.

Como apontado pelos dados, a produção em políticas sociais pela Psicologia latino-americana, quando se trata de colaboração internacional, é praticamente inexistente. A rede de colaboração que existe é nacional e com um número expressivo de coparticipação dentro de uma mesma instituição. Apesar deste ser um indicador de construção coletiva do conhecimento, é restritivo em termos de socialização e ampliação da produção, sentido último das redes.

O aumento das produções e das redes de colaboração, que tem como consequência mais trabalhos com coautoria, é visto de forma geral como um bom indicador de expansão do conhecimento científico, visando a produção de novos conhecimentos com compartilhamento de recursos econômicos, físicos ou intelectuais (Maia e Caregnato, 2008). Na análise dos autores mais produtivos foi percebido esse aspecto, já que mais de 70% publica com outros autores. No entanto, mesmo sendo visto como um bom indicador, Monteiro et al (2004) aponta que o aumento avassalador da produção científica tem gerado preocupações tanto para a própria carreira do cientista quanto para a qualidade da produção. Assim, essa

pressão por produção acaba por criar uma série de polêmicas e reflexões éticas sobre o próprio fazer da ciência atual, produzindo fenômenos como as autorias “indevidas”, além de má conduta na produção como um todo (Garcia, 2010). Sendo assim, nesse processo de construção de redes de colaboração ainda resta muito caminho em direção à internacionalização e horizontalização do conhecimento. A força da produção ainda reside em alguns grupos de pesquisa, que têm feito colaborações fora da sua própria instituição, em que pese ser dentro do mesmo país. No entanto, uma potencial articulação poderia servir de catalisador dentro da América Latina, na direção da formação de uma ciência própria, regional, que discuta as suas questões internas, podendo projetar respostas aos seus problemas sociais.

## 7 Do que tratam os artigos científicos analisados?

A análise temática dos artigos coletados na pesquisa foi feita em relação a dois aspectos: ao campo das políticas sociais e às relações com a Psicologia.

No que se refere ao primeiro aspecto, os artigos foram classificados conforme a proposta de Costa (2014) para qualificar temas em políticas sociais, o que resultou no seguinte cenário: Políticas setoriais, legislação e serviços (61%, Vulnerabilidades e Risco Social (15,4%), Políticas sociais e atuação do Estado (10%, Cidadania e direitos sociais/ humanos (9,4%) e Movimentos e Controle social (4,2%).

Tal quadro revela que a maioria da produção científica em acesso aberto de Psicologia e política social na América Latina refere-se ao nível executivo das políticas sociais, ou seja, são estudos sobre políticas setoriais, práticas, programas, serviços, unidades ou instituições em uma abordagem especializada, seja sobre aspectos históricos, pressupostos teóricos, princípios e diretrizes do objeto em questão ou análise de aspectos técnicos relacionados a tais serviços, programas, unidades.

Para aprofundar esta análise, estes trabalhos foram classificados quanto aos setores que abordam e identificou-se que a maioria refere-se às

políticas de saúde (46,5%), seguidos de artigos sobre políticas educacionais (18,6%), políticas de Assistência Social (14% e aquelas voltadas para infância, adolescência e juventude (11,6%). Desta forma, percebe-se um alinhamento entre a produção científica analisada e as políticas que mais contam com profissional de Psicologia, revelando uma demanda de avaliação e construção de conhecimento relacionado à própria prática. Considerando que 60% de toda a produção científica aqui analisada é oriunda do Brasil, não é de se estranhar que a mesma aborde o quarteto Saúde-Educação-Assistência Social-Infância e Adolescência, já que são estas políticas que reúnem a maior presença da prática psicológica no Brasil (Oliveira e Yamamoto, 2014).

Ainda foram identificados trabalhos sobre outras políticas setoriais (correspondendo a 9,3% dos artigos desta categoria): gênero e sexualidade, habitação, questão agrária, questão indígena, trabalho, emprego e renda e segurança pública. Este quadro revela que a despeito de sua inserção no campo das políticas sociais ser considerada recente na história da Psicologia latino-americana, e mesmo considerando as especificidades de cada contexto nacional, há aspectos compartilhados por grande parte dos países latino-americanos, como aponta Spink (2009) e seu espraiamento em distintos setores parece ser um deles.

Esta predominância dos estudos sobre políticas sociais setorializadas se contrapõe ao índice de 10% da amostra que aborda esta relação entre Psicologia e política social a partir de uma perspectiva analítica, teórica e/ou política (categoria Políticas sociais e atuação do Estado). Os artigos classificados nesta categoria caracterizam-se por abordar o fenômeno das políticas sociais em uma perspectiva conceitual, que considera os fundamentos macroestruturais (políticos, econômicos e sociais) que demandam a existência e que regulam as políticas sociais.

Alfaro e Martín (2015) já chamaram a atenção para a necessidade de a Psicologia latino-americana ampliar a compreensão sobre este tema, rompendo com as análises predominantes no continente, calcadas em explicações raciona-

listas, economicistas e com forte defesa de modelos assistenciais, paliativos, centrados no déficit ou compensatórios. A ideia proposta é que, ao ampliar sua perspectiva e assumir que a contribuição para as políticas sociais pode ocorrer a partir tanto de dentro, na formulação e execução das políticas e programas, quanto de fora, analisando-as e criticando-as, a Psicologia poderia desenvolver um papel mais efetivo na luta pela transformação social.

As demais categorias (Vulnerabilidades e Risco Social, Cidadania e direitos sociais/humanos e Movimentos e Controle social) perfazem quase 30% da amostra, percentual que indica que esta produção científica de Psicologia consegue abordar as políticas sociais por distintos ângulos, não só da execução da política. Os trabalhos sobre Vulnerabilidades e Risco Social descrevem e/ou analisam situações (contextos ou problemas sociais) ou atores que vivenciam condições de risco pessoal e social. No que se refere a Cidadania e direitos sociais/humanos, as análises se voltam para os direitos (humanos e sociais de modo geral ou específico) ou estratégias coletivas (cidadania, emancipação e/ou protagonismo social) voltadas para o combate ou superação daquelas vulnerabilidades e condições de risco. Já a categoria Movimentos e Controle social refere-se aos debates sobre formas de organização social ligadas à resistência/enfrentamento da "questão social" (como, por exemplo, arranjos produtivos de economia solidária, Organizações Não-Governamentais e outras instituições do "terceiro setor") e/ou que visam ao acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Estado (como os conselhos de direitos ou conselho tutelar).

A análise deste conjunto de artigos converge com o que já foi defendido por Yamamoto (2012), para quem a ampliação da dimensão política do trabalho do psicólogo é condição essencial para que a profissão supere sua atuação como mero executor terminal de políticas sociais e compreenda de maneira mais qualificada seu contexto de intervenção.

O segundo aspecto da análise temática dos artigos na pesquisa realizada refere-se às relações

com a Psicologia. Duas categorizações foram realizadas: no que se refere às contribuições que os textos trazem para o campo científico e/ou profissional da Psicologia e quanto às subáreas da Psicologia.

No que se refere ao primeiro ponto, importante mencionar que buscou-se identificar o aspecto central do texto, uma vez que articulações entre duas ou mais possibilidades de contribuição foram muito recorrentes. O tipo de contribuição mais frequente foi de pressupostos teóricos sobre conceitos, fenômenos e objetos (39,5%). Estes trabalhos objetivam ampliar a compreensão teórica de leitores sobre um tema ou recorte das políticas sociais, tais como: resiliência, uso de álcool e outras drogas, migração, inclusão escolar, suicídio, violência doméstica, pobreza e desigualdade social, gênero, migração e trabalho infantil. O espectro de temas, conceitos e fenômenos é amplo, tanto no que refere à perspectiva geracional, de gênero, de ambiente (urbano/rural) e de setores (saúde, educação, trabalho, assistência social).

Em segundo lugar, há os trabalhos sobre práticas profissionais (24,8%) que reúnem desde debates sobre avaliação de políticas e programas, espaços de atuação, desafios vivenciados no trabalho até críticas às práticas desenvolvidas. Com os artigos sobre instrumentos ou técnicas de intervenção (11,1%), estes trabalhos guardam relação direta com contextos de atuação da Psicologia na interface com as políticas sociais.

Na sequência, têm-se os artigos que tratam de aspectos políticos e papel do psicólogo (9,7%), desmistificando a oposição artificial entre científico e político. Segundo Eco (2007), critérios de cientificidade e reflexão política não devem ser excludentes, tendo “valor político positivo” (p. 56), o conhecimento que contribui para o desenvolvimento social.

Também houve ocorrência de artigos voltados para o desenvolvimento da própria Psicologia. São documentos que versam sobre formação em Psicologia (8%, aspectos históricos de personagens, eventos, locais, teorias ou políticas no que se refere à relação entre Psicologia e políticas sociais (5,4%), questões éticas envolvidas na formação,

atuação ou pesquisa em Psicologia (0,9%) e sobre instrumentos e/ou técnicas de pesquisa neste campo (0,6%). Este conjunto de artigos pode subsidiar o desenvolvimento e fortalecimento da área pela ampliação e qualificação de seu corpo teórico-metodológico, sem perder de vista o contexto social como totalidade.

Percebe-se, que a produção científica de Psicologia latino-americana sobre políticas sociais, disponibilizada em meio aberto, contribui com o avanço científico de distintas maneiras, envolvendo não só o campo específico da Psicologia, mas lançando luz sobre aspectos teóricos e práticos das políticas sociais que extrapolam a disciplinaridade.

Na sequência, os artigos também foram categorizados quanto sua vinculação com uma das subáreas da Psicologia. Esta definição cumpre importante papel para caracterização dos fazeres e saberes psicológicos (Gondim, 2010), ou seja, tanto auxilia a qualificação da atuação profissional quanto permite detalhar as atividades de pesquisa e produção científica, ainda que seja necessária vigilância para que isto não reforce a fragmentação que marca os campos do conhecimento hoje.

Tomando como ponto de partida a classificação de Yamamoto e Costa (2010) sobre este aspecto, observou-se que os trabalhos analisados são mais frequentemente associados à Saúde (31,9%), Comunitária/Social (22,5%), Desenvolvimento humano (14,8%) e Escolar e da educação (14%). De forma residual apareceram artigos nas áreas de Psicologia Jurídica (2,3%), Psicologia Ambiental (1,7%) e Psicologia Organizacional e do Trabalho (0,3%). A área de Psicologia Política não constava da classificação original, mas compareceu na amostra com 1,1% e a Psicologia Clínica não figurou nessa classificação.

Em uma tentativa de sistematizar estes dados, é possível visualizar sua disposição em quatro conjuntos: um que reúne os campos, por excelência, de absorção de psicólogos para o trabalho em políticas sociais (Psicologia da Saúde, Psicologia Social/Comunitária, Desenvolvimento Humano e Psicologia Escolar/da Educação); outro que en-



global a Psicologia Jurídica que, apesar de fortemente associada ao campo das políticas sociais, tem pouca expressividade quantitativa em relação à profissionais de Psicologia; um terceiro conjunto que agrupa subáreas da Psicologia que, tradicionalmente, não guardam relação direta com o campo das políticas sociais, ainda que guardem pontos de contato importantes de serem explorados no debate sobre a interface Psicologia/Políticas sociais (Psicologia Ambiental e Psicologia Organizacional/do Trabalho), indicando expansão e/ou diversificação destes contextos de atuação; um último, referente à Psicologia Política, que, apesar de residual tomando o conjunto da amostra, demarca sua filiação com as políticas sociais ao ponto de se caracterizar enquanto subárea.

Em relação à Psicologia Clínica, sua ausência nesta pesquisa pode ser reveladora dos avanços obtidos com as críticas históricas quanto à inadequação da transposição e adaptação de seus objetos e métodos ao contexto das políticas sociais. Bock (2003), em seu debate sobre o "compromisso social" da Psicologia, propõe a necessária consideração de outros aspectos, para além da extensão da oferta dos serviços psicológicos à população pobre, como símbolo de compromisso social. Yamamoto (2012), por exemplo, destaca a necessária análise a respeito dos efeitos provocados por tais práticas ao público ao qual se destina, como balizadora da noção de compromisso social.

## 8 Considerações Finais

O estudo de caso da Psicologia propiciou o desvelamento de algumas questões fundamentais entre a relação da política científica e o funcionamento das políticas sociais. Os dados coletados permitiram uma análise mais acurada dessa relação, a partir tanto das características gerais dessa produção, quanto do seu processo autoral e do conteúdo tratado nos artigos. Um forte indicador dessa relação é o aumento da quantidade das produções sobre o tema em um período em que houve maior investimento das políticas sociais, a saber, início do século XXI.

Ressalta-se que a pesquisa aqui apresentada analisa um momento histórico específico, a saber, o interregno entre 2000 e 2017, momento anterior ao avanço mais agudo da extrema-direita na América Latina. O ultraconservadorismo tem produzido significativos impactos nas políticas públicas e na política científica do continente a partir de 2015, debate o qual foge do escopo deste texto.

De todo modo, essa produção científica identificada na pesquisa ainda não está amplamente espalhada pelo continente, mas mantém-se concentrada nos países com maior aporte financeiro nas políticas científicas, com destaque para o Brasil. Essa supremacia brasileira na produção pode ser percebida tanto na origem dos pesquisadores, quanto na nacionalidade dos veículos de publicação. Além disso, o português tem figurado como o idioma mais frequente, representando potencial barreira de acesso à comunidade científica dos demais países latinoamericanos e dificultando as redes de colaboração internacionais.

Quanto ao processo de produção, percebeu-se que a maioria dos artigos foi produzido por pesquisadores que não retornam ao tema, indicando ou uma falta de centralidade do mesmo, ou a falta de uma carreira consolidada, impactando no desenvolvimento das políticas sociais como campo de estudo, uma vez que tal desenvolvimento requer que o tema seja adotado nos programas de pesquisa. Outro aspecto que chama a atenção é que esses autores estão sediados quase que integralmente em instituições de ensino superior, o que é esperado pela forma de organização da política científica no continente, mas destacam-se algumas vinculações ao campo profissional, indicando um avanço na produção de conhecimento sobre o tema.

No que se refere aos pesquisadores com produção sistemática sobre o tema, foram identificados 21 autores em um universo de 688 coletados. Esses poucos autores, no entanto, concentram quase um terço da produção, indicando, por um lado, a força que essas produções têm em desenvolver o campo de estudos, e por outro uma concentração que serve de limite para a democratização dessa mesma produção. Esses pesquisadores

são todos docentes vinculados a programas de pós-graduação, com algumas relações de orientador/orientando na amostra, indicando que, além de produzirem, esses autores também formam as próximas gerações. São autores relevantes, com alta produtividade, com extensa publicação para além dos artigos coletados, cuja produção é feita em sua maioria em coautoria, indicando potencialidade de colaboração. Entretanto, percebe-se que esses autores mais produtivos, em geral, não participam de colaborações internacionais, sendo que a maioria dos intercâmbios ocorre dentro da própria instituição. Considerando o perfil da coautoria, a maioria refere-se a colegas do mesmo grupo de pesquisa ou discentes, indicando restrição nesse processo.

Quanto ao conteúdo desses artigos, a análise, tanto dos temas em política social quanto dos aspectos internos da própria Psicologia, permite reflexões importantes. Sobre o primeiro aspecto, percebeu-se que mais da metade dos artigos tratam de políticas setoriais, ou seja, do olhar mais recortado do enfrentamento da “Questão Social”, reflexo da agenda neoliberal presente no continente, mesmo em governos considerados de caráter progressista. As políticas identificadas na amostra correspondem à evolução histórica da inserção e investimentos da Psicologia no campo, ou seja, os primeiros contextos de atuação e reflexão da Psicologia abrigam mais produções científicas, seguindo a sequência Saúde, Educação, Assistência Social e Infância/Juventude.

O campo também consegue produzir conhecimento para além do horizonte da execução da política, sob a forma de temas ligados a vulnerabilidade e risco, e cidadania e direitos humanos, ampliando assim seu escopo de atuação. Por fim, existem trabalhos que tratam de aspectos mais conceituais da política social, com vistas a, entre outras possibilidades, refletir sobre os modelos políticos e teóricos adotados. Esse aspecto, ainda que central para a compreensão do campo das políticas sociais, é encontrado em menor proporção na amostra analisada, indicando uma necessidade de ampliação do tema a fim resultar em uma implicação ético-política mais crítica.

Com relação aos aspectos da Psicologia, vários temas e abordagens distintas estão presentes, desde estudos sobre pressupostos teóricos, práticas profissionais, instrumentos e técnicas, dentre outros. O estudo desses aspectos é forte indicador da relação entre políticas científicas e políticas sociais, em um movimento recíproco. Por exemplo, enquanto as práticas profissionais e o papel social do profissional estão sendo problematizados, há rebatimento direto nas formas de organização e condução da política social, que no que lhe concerne vai demandar cada vez mais estudos e relatos de experiência para continuar se desenvolvendo. Nessa direção, ao tentar identificar as subáreas da Psicologia presentes nos textos, percebeu-se a ausência do campo da Psicologia Clínica, o que pode servir como indicativo positivo, fruto das recorrentes críticas que a prática em política social tem sofrido de ações individualistas e biomédicas oriundas da área da Psicologia Clínica tradicional.

A partir da análise do caso da Psicologia, pode-se perceber algumas tendências das formas atuais de produção de conhecimento. A concentração do aporte financeiro na ciência, por exemplo, faz com que haja uma centralização de pesquisadores e grupos de pesquisa em poucas instituições, e gere, entre outros efeitos, um número reduzido de cientistas sociais interessados pelo tema. Mesmo que haja volume maior de financiamento, a forma pelo qual é distribuído dificulta o aparecimento das redes de colaboração, uma vez que a ênfase da política científica tem recaído sobre o produtivismo científico, cujo ritmo demanda relações de produção endógenas para ser alcançado. Essa ausência de redes de cooperação sul-sul cede espaço para a internacionalização norte-sul, já hegemônica, constituindo limitador para uma construção coletiva de soluções teórico-técnicas para as políticas sociais na região.

O estudo também mostra o potencial do estabelecimento de uma agenda de pesquisa comum para o continente, com investimento financeiro, uma vez que o questionamento das práticas profissionais, ampliação de temas trabalhados, construção de instrumentos de avaliação das ações e

reflexão sobre fundamentos teóricos são alguns exemplos de conteúdos essenciais para o desenvolvimento das políticas sociais e que se beneficiariam de uma política científica indutora para o campo.

É inegável, portanto, que há uma inter-relação dialética entre esses dois campos, das políticas científicas e políticas sociais. Conclui-se que não basta ter uma posição progressista de governo no tocante às políticas sociais se tanto os instrumentos utilizados quanto os referenciais teóricos reificam a desigualdade que querem combater. Em que pese a limitação das políticas sociais em eliminar de vez a desigualdade (social, econômica, política), o avanço permitido dentro dos marcos de produção do capitalismo passa pelo investimento da produção de conhecimento sobre o tema. Essa produção, contudo, não pode se dar de qualquer forma. É preciso uma política científica que priorize a produção autóctone de conhecimento, com maior aporte financeiro, incentivo a redes de cooperação latinoamericanas, investimento em periódicos nacionais em idiomas que democratizem o acesso ao continente, além de formação de novos pesquisadores capazes de produzir uma carreira profícua, desenvolvendo seus objetos de pesquisa ao longo dos anos, maximizando assim as possibilidades de contribuição social.

A redução das desigualdades sociais exige um longo tempo e priorização em distintas políticas sociais, para além de práticas imediatistas e assistencialistas que não avançam nem na compreensão, nem no combate aos problemas sociais, práticas estas que se tem observado avançar nos últimos anos. O declínio no investimento nas políticas, sociais e científicas, em função, sobretudo, de uma nova onda de governos latino-americanos de matizes conservadoras cujo foco é a retirada de recursos públicos e destituição de ganhos mínimos de bem-estar social, tem produzido efeitos nefastos, ainda difíceis de serem dimensionados. Neste sentido, estudos futuros se fazem necessários para um olhar mais acurado sobre as mudanças que estão em voga nos campos sociais e científicos latino-americanos.

## Referências

- Alfaro, J. e Martín, M. (2015). Proceso y oportunidades de la transferencia del conocimiento desde la psicología comunitaria a las políticas públicas. *Universitas Psychologica*, 14(4): 13471358.
- Alfaro, J. e Zambrano, A. (2009). Psicología comunitaria y políticas sociales en Chile. *Psicología e Sociedade*, 21(2):275282.
- Altbach, P. e Knight, J. (2007). The internationalization of higher education: Motivations and realities. *Journal of Studies Em International Education*, 11(3/4):290305.
- Altbach, P. (2002). Knowledge and education as international commodities. *International Higher Education*, 28:25.
- Alves, M. (1984). *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Florianópolis: EDUSC.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho*. Boitempo: São Paulo.
- Araújo, S. (2018). *A Internacionalização em História da Psicologia: Uma Reflexão Sobre Suas Possibilidades e Seus Desafios*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Ardila, R. (2004). A psicología latinoamericana: el primer medio siglo. *Revista Interamericana de Psicología*, 38(2):317322.
- Bernal, J. (1976). *Ciência na História*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bock, A. (2003). *Psicologia e o compromisso social*. Cortez: São Paulo.
- Borón, A., Sader, E., e P. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal, 1995.
- Botomé, S. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 5:115.
- Bullock, M. (2013). *Can we really internationalize psychology? Structure, content and process*. Brasília: SBPOT.

- Cabral Neto, A. e Castro, A. (2013). A expansão da pós-graduação em cenários de globalização: recortes da situação brasileira. *Inter-Ação*, 38 (2):339362.
- Campos, R. (1983). A função social do psicólogo. *Educação e Sociedade*, 16:7484.
- CAPES (2004). *Plano Nacional de Pós-Graduação PNPg 2005-2010*. Brasília, DF: CAPES.
- CAPES (2010). *Plano Nacional de Pós-Graduação PNPg 2011-2020*, volume 2. Brasília, DF: CAPES.
- Carneiro, R. (2012). Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, 21.
- Chauí, M. A universidade operacional, 1999. En línea: [enlace](#). (consulta: 16 setembro 2022).
- Costa, J. P. (2020). A política científica brasileira de internacionalização e seus impactos para a pós-graduação em psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, phdthesis. En línea: [enlace](#).
- Eco, U. (2007). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva.
- Feitosa, M. (2007). Implicações da internacionalização da educação para a formulação de currículos em psicologia. *Temas em Psicologia*, 15(1):91103.
- Fernandes, F. (1975). *A Revolução Burguesa no Brasil, Ensaio de Interpretação Sociológica*. Zahar: Rio de Janeiro.
- Freitas, L. P. (2009). *Marcas y focos de atención frente a los procesos de construcción de la historia de la psicología en el Uruguay y sus prácticas vinculadas a la Cuestión Social*. Universidad de la República. Manuscrito não-publicado.
- Furtado, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico, 2000.
- Gao, Y. (2014). Constructing internationalization em flagship universities from the policy-makers perspective. *Higher Education*, 70: 359373. DOI: [10.1007/s10734-014-9834-x](#).
- Garcia, C. (2010). Autoria em artigos científicos: os novos desafios. *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*, 25(4):559567.
- Gondim, S. (2010). Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In Bastos, A. e Gondim, S. (eds.), *O trabalho do psicólogo no Brasil*.
- Guimarães, C. T., Freire, C. L. C. C., Silva, J. L. A., Costa, J. P., Seixas, P. S., e F., C. A. L. (2019). A internacionalização da ciência e as possibilidades na relação sul-sul a partir do caso brasileiro. In Lima, M. M. B., Bello, E., e Valença, D. A. (eds.), *Direito e marxismo: tempos de regresso e a contribuição marxiana para a Teoria Constitucional e Política*, pp. 335–345. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Harris, S. (2008). Internationalizing the university. *Educational Philosophy and Theory*, 40 (2):346357.
- Klinsberg, B. (2002). *América Latina: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social*. Brasília: UNESCO.
- Knight, J. (2002). Trade creep: Implications of gaps for higher education policy. *International Higher Education*, 28:57.
- Lessa, S. (2001). Trabalho imaterial: Negri, lazarus e hardt. *Estudos de Sociologia*, 6(11): 119143.
- Lima, L. (2008). O processo de bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. *Avaliação*, 13(1):736.
- Lo Bianco, A. C., Hutz, C. S., e Yamamoto, M. E. (2015). Internationalization: Towards new horizons. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28: 49–56. DOI: [10.1590/1678-7153.2015284008](#).

- Lojkine, J. (1995). *A revolução informacional*. Cortez: São Paulo.
- López-Garriga, M. (1983). Hacia una reorientación de la psicología social después de la crisis. *Revista Mexicana de Sociología*, 45(2): 703726.
- Maia, M. e Caregnato, S. (2008). Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 13(2): 1831.
- Marini, R. (2000). *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes.
- Marrara, T. (2007). Internacionalização da pós-graduação: objetivos, formas e avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 4(8): 245262.
- Martín-Baró, I. El papel del psicólogo en el contexto centroamericano, 1985.
- Marx, K. O capital: Crítica da economia política, 1984.
- Mattoso, J. (1995). *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta.
- Mello, A. e Dias, M. (2011). Os reflexos de bolonha e a américa latina: problemas e desafios. *Educação e Sociedade*, 32(115):413435.
- Mercadante, A. (2011). *Ciência sem Fronteiras: um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação*. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. En línea: [enlace](#).
- Montero, M. (1978). *Para una psicología social histórica*. Boletín de la AVEPSO. I.
- Montero, M. e Serrano-Garcia, I. (2011). *Historias de la Psicología Comunitaria en América Latina: participación y transformación*. Buenos Aires: Paidós.
- Morosini, M. (2011). Internacionalização na produção de conhecimento em ies brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. *Educação em Revista*, 27(1):93112.
- Netto, J. Capitalismo monopolista e serviço social, 2006.
- Noelia-Fabra, M. Más allá del control: apuntes para pensar la inserción de la psicología en el campo de las políticas sociales en américa latina, 2015. En línea: [enlace](#).
- Ocampo, J. e Flores, L. E. (2016). *O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil.
- Oliveira, I. F. e Yamamoto, O. H. (2014). *Psicologia e políticas sociais: temas em debate*. Belém: EDUFPA.
- Oliveira, I. e Amorim, K. (2012). Psicologia e política social: o trato da pobreza como sujeito psicológico. *Psicologia Argumento*, 30(70): 559566.
- Paiva, B. (2010). Política social na américa latina: ensaio de interpretação a partir da teoria marxista da dependência. *Ser Social*, 12: 147175.
- Pastorini, A. (2004). *A Categoria Questão Social em Debate*. Cortez: São Paulo.
- Rodríguez, A. (2012). Aportes de la psicología comunitaria al campo de las políticas públicas sociales: el caso de uruguay. In Alfaro, J., Sánchez, A., e Zambrano, A. (eds.), *Psicología comunitaria y políticas sociales: reflexiones y experiencias*. Buenos Aires: Paidós.
- Rosas, G. (2014). De las políticas sociales hacia las políticas de reconocimiento en comunidades latino-americanas. In Osorio, J. (ed.), *Repensar la psicología y lo comunitario*. Tijuana: Universidad de Tijuana.
- Rudolf, S. e Parafita, D. ¿qué psicólogo para qué política social?, 2012.

- Sader, E. e Nobile, R. (2006). *Latinoamericana - Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo. Boitempo.
- Salmi, J. (2002). New challenges for tertiary education: The world bank report. *International Higher Education*, 28:79.
- Sampaio, M. e Serradas, A. (2009). O movimento de acesso aberto, os repositórios e as revistas científicas. In Sabadini, A., Sampaio, M., e Koller, H. (eds.), *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Sancho, R. (2006). Indicadores de colaboración científica inter-centros en los países de América latina. *INCI*, 31(4):284292.
- Santin, D. (2016). Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 13(30):81100.
- Sato, L. e Nardi, H. C. (2021). Psicologia e internacionalização: notas críticas para pensar hierarquias norte-sul. *Psicologia USP*, 32.
- Spink, P. (2009). Los psicólogos y las políticas públicas en América latina: el big mac y los caballos de troia. *Psicoperspectivas*, VIII(2): 1234.
- Teichler, U. (2004). The changing debate on internationalization of higher education. *Higher Education*, 48(1):526.
- PNUD (2021). *Regional Human Development Report 2021. Trapped: High Inequality and Low Growth in Latin America and the Caribbean*. Nova York: UNESCO.
- Wielewicki, H. e Oliveira, M. (2010). Internacionalização da educação superior: Processo de bolonha. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 18(67):215234.
- Yamamoto, O. (2012). 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32: 617.
- Yamamoto, O. e Oliveira, I. (2014). *Definindo o campo de estudo: as políticas sociais brasileiras*. Belém: EDUFPA.